

# **TRAÇOS DA CULTURA ESCOLAR DO EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA (IPAMERI/GO 1936 a 1969)**

**Patricia Rodrigues Luiz Peixoto  
Aparecida Maria Almeida Barros**

## **Resumo**

O estudo objetivou analisar aspectos da Cultura Escolar com recorte na origem do Educandário Nossa Senhora Aparecida em Ipameri-GO(1936-1969). Em termos teóricos a proposta se insere no campo da História da Educação, com recorte para o estudo das instituições escolares. A pesquisa é de base documental e bibliográfica na qual buscou-se responder às indagações sobre quais vestígios da Cultura Escolar fundada e dirigida pela Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado de Campinas-SP?

A cultura Escolar do educandário foi tomada na singularidade de algumas estratégias como: a presença de ordens e congregações religiosas atuando na educação católica; a articulação das lideranças com grupos locais para efetivação da proposta; concepção arquitetônica do “colégio”; princípios fundamentais das normas, práticas e métodos observados internamente, dentre outras que marcaram a criação e manutenção de uma escola católica.

Palavras-chave: Instituição Escolar; Escola Católica; Cultura Escolar.

## **Introdução**

Os traços da Cultura Escolar e a história do Educandário Nossa Senhora Aparecida de Ipameri são tratados neste artigo a partir da caracterização do carisma missionário e filosofia da educação católica da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado. O conceito de Cultura Escolar é compreendido em sentido mais abrangente por Viñao Frago 2005 e Escolano 2008. Em sentido mais específico, recorreremos a Julia (2001) para fundamentar a interpretação dos dados documentais, demarcando os traços da Cultura Escolar inscritos nas normas e práticas identificadas na instituição objeto do estudo.

A exemplo de outras cidades de Goiás, Ipameri se insere no discurso do progresso e desenvolvimento preconizado por Vargas, com repercussão em alguns aspectos da dinâmica econômica e produtiva do setor agrícola e pecuário. Seu processo de emancipação teve início com a instalação da Estrada de Ferro a partir de 1913. Segundo registros oficiais, o município teria sido pioneiro na região por atrair alguns benefícios e novidades como: energia elétrica, agência bancária e as primeiras projeções

de filmes. A vinda do 6º Batalhão de Caçadores também foi considerada um marco para o município, fomentando os motivos pelos quais Neves (1996), qualificou a cidade como a “sala de visita de Goiás”.

Contudo, no que se refere à educação pública, a promessa não se materializou em escolas ou aumento de vagas. Tal lacuna constituiu em um dos fatores que motivaram a expansão de escolas católicas na região. O Educandário Nossa Senhora Aparecida inaugurado em 1936 como um dos resultados da intervenção do bispo Dom Emmanuel, com a finalidade de prover o território eclesiástico de congregações religiosas que pudessem colaborar com a obra religiosa e educativa no interior da diocese.

Fundado em 1936, o Educandário Nossa Senhora Aparecida, dirigido pelas Missionárias de Jesus Crucificado, tinha por finalidade a educação intelectual, moral, religiosa e física de seus alunos. Inicialmente, o Educandário funcionou por sete anos em uma casa adaptada, mas tão logo a chegada das irmãs e com o espírito visionário de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, registra-se a idealização de um “Collégio”

Do ponto de vista estrutural a instituição escolar criada, se organiza segundo o que determina a Reforma Capanema, os estabelecimentos que ofertassem dois ciclos previstos em seu texto, ganhavam *status* de “Colégio”. Tal vinculação é confirmada por Bretas (1991).

Outro fator que tornou mais frequente a criação de cursos normais foi o desejo dos municípios de possuírem um ‘Colégio’, e não somente um ‘ginásio’. O nome ‘colégio’ soava mais forte, elevando a categoria do estabelecimento. [...] Tentar um 2º ciclo clássico ou científico seria tarefa para poucos, primeiro porque é difícil encontrarem-se nas cidades pequenas professores qualificados para o ensino das matérias componentes desses cursos, o segundo porque, nessas circunstâncias, seria impossível obter-se o reconhecimento pelo Ministério da Educação. . (BRETAS, 1991, p. 593)

As Leis Orgânicas de Ensino definiram as modalidades de ensino tanto para o sistema público, quanto para a regulação e controle do sistema privado. Neste estudo, em específico, buscou-se identificar e interpretar os traços da Cultura Escolar idealizada por uma ordem católica a partir do que foi prescrito em seus textos normativos, nos conhecimentos transmitidos e no comportamento inculcado.

Nos documentos consultados a instituição é denominada “Educandário Nossa Senhora Aparecida” e “Colégio Nossa Senhora Aparecida” quando havia apenas o primário e o complementar, “Ginásio do Educandário Nossa Senhora Aparecida” e “Ginásio e Escola Normal”. Em consonância com esta evolução, o Educandário foi constituído por uma Cultura Escolar diferenciada de outras instituições do município, pois se ancorava nos princípios da Congregação Missionária de Jesus Crucificado, fundamentada na filosofia católica e de natureza privada, de interesse público. Inicialmente direcionou suas ações exclusivamente para a formação de meninas.

Contudo, este *status* inicial foi modificado no ano seguinte à sua instalação, porque, em virtude da demanda local, foi necessária a oferta de vagas também para meninos. A formação religiosa seria reivindicada pelos pais para ambos os filhos, o que fora prontamente atendido pela Madre responsável pela instalação e instrução pedagógica do Educandário. Semelhante preocupação estendeu-se às moças que, tendo concluído o Curso ginásial teriam o incentivo e interesse dos pais em uma educação que as preparassem para uma profissão (professora) e para a vida em sociedade, o que se concretizou com a implantação do Curso Normal em 1939.

### **Cultura Escolar: aproximações conceituais para compreender o objeto de estudo**

Dominique Julia conceitua a Cultura Escolar como:

[...]um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização. [...] (JULIA, 2001, p. 10-11)

As definições de Julia nos instiga a perceber no Educandário a existência de um grupo composto por certa hegemonia da cultura religiosa católica, veem na educação

institucionalizada a oportunidade para formar seus filhos. Ao mesmo tempo, da parte das lideranças católicas, a presença de uma congregação religiosa feminina potencializaria as ações educativas e religiosas almejadas, principalmente pela sociedade católica local.

Neste sentido a educação católica realizada no Educandário Nossa Senhora Aparecida é portadora de indícios tanto de instrução quanto de evangelização próprias de sua cultura, inscritas especialmente no *modus operandi* da Congregação religiosa que a estrutura e disciplina as normas e práticas. Estas são materializadas pela ação dos agentes educativos, moldadas por singularidades dos preceitos católicos, no período em que predominou a autoridade e domínio da Congregação sobre o funcionamento da escola - (1936-1969). Durante trinta e três anos, os contornos da missão e carisma das Missionárias de Jesus Crucificado teriam o suporte do instruir e do evangelizar em todos os seus níveis formativos, ou seja, desde a instrução primária até o normal.

Viñao Frago (2005), por sua vez, faz uma crítica à visão que se tem da escola como um lugar, um espaço determinado, fixo e estável. Esta temática é o ponto de partida de sua pesquisa que mostra que a maioria das escolas dos séculos XVII a XIX na Espanha, funcionava em edifícios de arquitetura conventual e religiosa e não em edifícios expressamente construídos para serem escolas. A conquista por um ambiente propriamente educativo, escolhido e construído para ser uma escola foi uma conquista histórica, que contou com envolvimento de várias forças e tendências do meio educativo, como a profissionalização do trabalho docente. Para esse autor a Cultura Escolar corresponde a tudo o que é vivenciado no interior da sala de aula visto que ela é decorrente das diferentes manifestações que os indivíduos que as constituem praticam.

Segundo Escolano (1998) a investigação deste ambiente circundado de manifestações precisa ser devidamente percebida, pelo fato de que

Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares. (ESCOLANO, 1998, p. 27).

Neste sentido as mudanças ocorridas no Educandário não foram apenas de ordem arquitetônica foram também estruturais, visto que além de se fazer necessário caracterizar a escola como parte integrante da Igreja Católica, era preciso criar um

ambiente propício para a educação religiosa, mesmo com os entraves sociais vivenciados no início.

### **As Missionárias de Jesus Crucificado e o Educandário Nossa Senhora Aparecida de Ipameri**

Ipameri fora a primeira cidade em Goiás a receber As Missionárias de Jesus Crucificado, fato este que tornou mais auspicioso os tempos áureos desta cidade que viria a se tornar referência no cenário estadual. Ipameri seria um local propício para propagação dos preceitos católicos por estar situada em uma região estratégica da Diocese de Goiás e por ter a sua prosperidade vislumbrada pela presença da Estrada de Ferro Goiás desde 1922, por contar com uma produção agropecuária expressiva e pela emergência do comércio urbano administrado principalmente por imigrantes que ali se instalaram. (QUINAN, 1999).

[...] Disse mais que à maneira dos bons collegios da Capital Paulista ( como o Collegio Archidiocesano que em sua quinta no alto de St<sup>ta</sup>. Anna), o collegio que vai se fundar em Ipameri deve pensar na aquisição de uma chácara, dotada de piscina, onde a creançada possa passar o dia ao ar livre se refazendo das canceiras dos trabalhos escolares. Para terminar, presenteou as associadas com um projeto do Monumento Nacional dos Pyreneus a ser erigido em Goyaz dizendo S. Excia. Ser o presidente de honra da comissão promotora desse grandioso “Padrão de fé e patriotismo.” (Livro Atas da Fundação do Colégio Nossa Senhora Aparecida, p.02)

Neste cenário é possível vislumbrar a existência de relações de interesses entre o município e a Igreja visto que esta última teria a intenção de ampliar seu campo de atuação, recorrendo à aquisição de espaços físicos, atração de ordens religiosas, mobilização da elite católica local, dentre outras medidas. Mais ainda, estariam desenhadas algumas evidências de que sociedade formada pela elite católica local fora mobilizada e tomara a frente de um movimento, devidamente instruído e incentivado pela principal liderança religiosa de Goiás, o Arcebispo Dom Emanuel, o “Arcebispo da Instrução”, assim chamado, conforme atesta Bretas (1991), devido à atenção e instrução dispensada a este setor.

Cercada de um contexto marcante, a construção do “Colégio” contou com a participação da comissão organizada por D. Emanuel, composta por distintas mulheres da sociedade ipamerina, as mesmas contavam com o trabalho de um grupo de irmãs vindas de Campinas para elevar o sistema educacional local reforçando a crença de que

os “bons costumes” e a manutenção familiar dependiam da educação escolar. Para tanto, esta Comissão foi responsável por arrecadar junto ao comércio e personalidades ipamerinas, a quantia necessária para a construção do novo Colégio.

O histórico do Educandário traz as marcas de sua evolução, mesmo enquanto as paredes de um “prédio modelar” são erguidas evidencia-se uma evolução na cultura escolar do Educandário idealizado inicialmente para a instrução primária.

### Quadro 1 – Percurso Histórico do Educandário Nossa Senhora Aparecida

<b>Data</b>	<b>Decreto/Portaria/Ato</b>	<b>Discriminação</b>
14 de janeiro de 1939	Decreto 1584	Reconhecimento provisório do Curso Normal.
1942	Decreto 5499	Reconhecimento Definitivo.
14 de abril de -45	Portaria 211	Inspeção preliminar do Curso Ginásial.
25 de junho de 1948	Decreto 251133	Inspeção para funcionamento permanente.
1 de março de 60	ATO nº 16	Regime de internato e semi-internato teve sua aprovação pela Inspeção Seccional de Goiânia.
26 de janeiro de 1950	Decreto 1132	Obteve outorga de mandato para o Curso de Formação de Professores Primários, funcionando ininterruptamente desde sua criação em 1939, o curso foi contemplado com uma subvenção do governo estadual a partir de 1953.
11 de maio de 1956	nº 1.709-A	Sob a responsabilidade da Madre diretora, no período noturno era oferecido um Curso Gratuito de Alfabetização destinado a empregadas domésticas o que lhe conferiu Personalidade Jurídica registrada no Cartório do 2º Ofício de Ipameri.
6 de julho de 1956	-----	Registro no Conselho Nacional de Serviço Social, devido ao item anterior.

Fonte: Livro Histórico do Educandário Nossa Senhora Aparecida

O relatório datado de dezembro de 1947 encaminhado ao Ministério da Educação e Saúde com a finalidade concessão de inspeção permanente configura a realidade do Educandário em seus aspectos físicos e pedagógicos, visto que desde 1º de dezembro de 1943 a escola passou a funcionar na primeira ala do novo prédio, construído em terreno doado pela Arquidiocese de Sant’Ana de Goiás, sob “todos os requisitos da moderna pedagogia”. A segunda ala começou a ser erguida em 1950.

No relatório consta que as funções de cada integrante eram bem definidas, cabendo à Econômica a ordem a responsabilidade pela contabilidade do Estabelecimento, à Secretária e a sua auxiliar o zelo pelo arquivo escolar, à bibliotecária cuidar da biblioteca, entre a caracterização de outras funções, o Educandário contava com “dois Orientadores diplomados pela Faculdade de Filosofia de Campinas e que combinam o movimento Educacional do Educandário”.

O Regime neste período era o de externato provisoriamente misto. A capacidade era de 40 alunos por sala, número este fixado de acordo com as medidas da sala, e que não correspondia à capacidade das salas especiais como Auditório, Biblioteca, Geografia, Sala de Línguas Vivas, Sala de Ciências, Sala de Desenho, Sala de Trabalhos Manuais, Sala do Orientador, Sala de Professores, Sala de Administração e Inspectoria.

O Educandário funcionava nos três turnos, o Curso Primário no turno matutino das 7:00 às 11:00 h., no período vespertino Curso Infantil das 12:30 às 15:30 h. e das 12:30 às 17:00 para os Cursos Ginásial e Normal e no período noturno funcionavam o 3º ano Curso Normal destinado a formação dos professores primários e o Curso Supletivo gratuito. Todos os cursos tinham suas aulas de Educação Física ministradas no período matutino.

De acordo com relatório de dezembro de 1943, o Corpo Docente era composto por freiras, em sua maioria registradas, o gênero masculino se fazia presente na pessoa do Reverendo Padre José Bellotti que ministrava aulas de Português e Latim como professor auxiliar.

O Educandário não deixava nada a desejar nos quesitos Eficiência. Em Eficiência Material salientam que as instalações oferecem conforto e facilidades que a moderna pedagogia da época indicava, além disso, destacam:

“[...] Todas as dependências de dimensões excelentes gozam de luz e ar em abundância. Água boa e com fartura, servida por torneiras e bebedouros em quantidade suficiente. Áreas para exercício e descanso vasas, e boa área coberta. Um ambiente verdadeiramente saudável completado com material e aparelhamentos didáticos adequados oferecendo ao aluno todo conforto e facilidades necessárias não só a um melhor aproveitamento como também à recuperação que o trabalho intelectual exige”.(Relatório do Ginásio do Educandário Nossa Senhora Aparecida – Dezembro de 1947)

Em Eficiência Didática destacam o corpo docente registrado, até mesmo para as áreas de “Educação Física e Música, disciplinas para as quais, aqui no interior, é difícil, quase impossível encontrar professores nas condições exigidas pela Divisão

de Educação Física e Directoria do Ensino Secundário”, salientam ainda que o Educandário é um dos poucos estabelecimentos de ensino do interior do estado que é composto por uma equipe tão completa, pois “há algumas professoras com o Curso da Faculdade de Filosofia e duas com o Curso de Orientação Pedagógica”.

A Eficiência Pedagógica era ressaltada a partir das qualificações das instalações “sob todos os aspectos e um corpo docente que faria inveja a muitos estabelecimentos de centros maiores e de mais recursos, os resultados pedagógicos não poderiam ser outros que um ótimo aproveitamento dos alunos”. O que se comprovou nos trabalhos apreciados pelos inspetores. Fica perceptível que o Educandário desde os seus primeiros anos de funcionamento proporcionou aos alunos um ensino sólido e consistente, visto que o aprendizado não estava centrado apenas na figura do professor, contava também com salas especiais e bem equipadas.

Outro documento que reforça as assertivas quanto à preocupação das irmãs sobre a formação de seu alunado, principalmente no quesito normas, é detectada no Livro Ata de Reunião da Congregação, a Madre em uma de suas reuniões cobra “a escrituração dos livros de ponto diário, que devem estar sempre em dia e em perfeita ordem, evitando-se as correções e emendas e que devem ser estes apresentados cada mês para as verificações e o visto da Diretora”. Em outra passagem a madre cobra rigor quanto às notas e quanto aos estudos diários dos alunos a fim de que os mesmos valorizassem e compreendessem esta rotina com amor, pois, “Aluno vadio só serve para tirar o bom nome do collegio, sendo, ainda uma falta de nossa parte não exigir que estudem, pois, além da perda de dinheiro ha perda de tempo dos mesmos”. A vigilância em relação ao asseio dos uniformes, cadernos - com letra boa - e sala, o cumprimento dos horários, a participação nas aulas de educação religiosa e física, a seriedade quanto as comemorações cívicas são uma parcela nas normas estabelecidas pelo Educandário.

Quanto às normas, observa-se no Regulamento que compõe o Relatório de 1943, detalhes advindos dos preceitos de uma Ordem Missionária caracteriza-se o que Foucault (1999) considera ser estratégias de disciplinamento, uma maneira regulamentar algumas práticas que condicionaria e controlaria os “Corpos Dóceis”. Segundo o autor

[...] Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas

as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (FOCAULT, p. 164, 1999)

Ao cotejar as relações das normas preconizadas no Educandário, concebemos que, na prática, o alunado era submetido a uma disciplina institucional, verificada nos rituais em que se exigem obediências, silêncio dos alunos, nas filas, nas classes e advertências. Salvo no recreio, pois se a aluna “brinca bastante, fala alto, canta (cações permitidas pelo regulamento) e participa de tôdos os jogos e esportes, atrai muitas bênçãos para si, goza boa saúde, contenta suas Mestras e vence galharmente nos seus estudos.”

Outros aspectos do Regulamento do Educandário destinado ao Corpo Discente são demonstrados no quadro síntese que apresentamos a seguir.

**Quadro 2 – Enquadramentos Disciplinares**

<b>Artigo</b>	<b>Item</b>	<b>Normas</b>	<b>página</b>
Artº. 9º	Observância e Capricho	Observem bem as alunas o modelo do uniforme e esteja este sempre conservado e em ordem, com o comprimento determinado pelo regulamento e não segundo as circunstâncias da moda que varia sem cessar. Todas as saias devem cobrir os joelhos, para as alunas pequenas. Devem descer quatro dedos abaixo dos joelhos para as alunas maiores. Até 12 anos poderão usar meias curtas.	7
Artº. 10º	Observância e Capricho	O prazo para todas as educandas terem em dia o seu uniforme de gala será actualmente a festa de 3 de maio.	8
Artº. 13º	Orientações Relativas ao silêncio das alunas – Nas classes	Em hora de aulas, durante a explicação dos professores, arguições ou trabalhos escritos, o silencio deve ser perfeito e respeitoso: não falar na vez de sua colega, insistindo-se ainda sobre o silêncio de ação: não pisar forte, não arrastar os pés, abrir carteiras, derrubar objetos, estar a se remexer, a pedir licenças desnecessárias, etc..	8
Artº. 14º	Orientações Relativas ao silêncio das alunas – Nas advertências	A aluna atenda respeitosamente que lhe for dito ou aconselhado, não interrompa com explicações e com respostas impolidas. Achando motivos para se	8

		justificar, deixe passar algum tempo e depois procure a pessoa que a advertiu e peça-lhe que faça o obsequio de atendê-la um momento.	
Artº. 20º	Caderneta Escolar	No acto da matrícula, as alunas receberão uma caderneta escolar. Desde o Curso Primário, a Directoria procura infundir nas alunas o senso do cumprimento do dever, de modo que, salvo os grandes prêmios no encerramento do ano lectivo, não usam as alunas distinctivos nem condecorações, sendo a sua caderneta escolar a sua glória ou o seu ponto fraco, sua auto-defesa ou a sua própria acusação. O melhor presente que no fim do ano os alunos podem oferecer aos seus Pais é a mesma, toda preenchida com os selos mensais de procedimento e de estudos.	9
Artº. 26º	Caderneta Escolar	Pelas faltas de atenção, de silêncio, de respeito, de aplicação e de procedimento geral, o Professor ou a Mestra de disciplina, no momento, marcarão um inicial maiúscula, na caderneta, e a aluna perderá em cada marca, dois pontos em <u>Procedimento</u> . O mesmo acontecerá a respeito das faltas ao <u>Regulamento</u> .	9
Artº. 30º	Orientações Diversas	É obrigatória a assistência à Santa Missa aos domingos e dias santos de Guarda, aos alunos incorporados. A Capela do Estabelecimento deve constituir para a educanda um lugar de suaves recordações onde o Divino Mestre presente no Santo Tabernáculo lhe ministrou lições preciosas de piedade e de santificação.	10
Artº. 31º	Orientações Diversas	É proibido: a) trazer para o Ginásio: jornais, revistas, romances e em geral, livros que não sejam das aulas; qualquer transação entre as alunas, como compra, venda, troca, rifa, etc., sob qualquer motivo ou pretexto sem permissão expressa da Mestra de Disciplina.	10
Artº. 37º	Orientações Diversas	As alunas, procurando dominar a vivacidade de sue gênio, devem aceitar as corrigendas e compreender que só a verdadeira observância do Regulamento, fará de uma escolar, uma aluna querida por suas Mestras, reconhecida para com seus Pais e a esperança da amada Pátria. As educandas, esforçando-se também por	

		<p>corresponder ao interesse em que se empenham as suas Mestras, para formá-las tanto no caminho da virtude como no da ciência, devem espontânea e sinceramente rehabilitar-se de uma falta cometida, pois será sempre acolhida com carinho e perdoada generosamente porque o regime do Educandário é o Amor.</p>	
--	--	---	--

Fonte: Relatório do Ginásio do Educandário Nossa Senhora Aparecida – Dezembro de 1947

É possível perceber neste quadro as diferentes interfaces que formatam normas e práticas que modelam o instruir e o evangelizar. Às irmãs da Congregação cumprem o dever de ofício de “dinamizar o ensino religioso, difundir a religião e também, participar do poder público”; isso confirma a missão do apostolado em ir ao encontro de “suas almas”. Para além da obra educacional desenvolvida no educandário, as Missionárias se ocupavam, também, de diferentes apostolados junto à comunidade como Centro de Catecismo, Os Operários ou Associação de São José, Filhas de Maria, Missionárias Externas, Moças ou Apostolas de Maria, Senhoras, Os amigos de Jesus, Congregação Mariana Masculina, Associação dos Santos Anjos dentre outras.

Outra evidência da dupla finalidade assumida pelo apostolado catequético da Congregação, encontramos na fala da Irmã Elza Marquês:

Os objetivos da Congregação não eram prioritariamente educacionais, mas a educação era o veículo de entrada nas cidades para a realização da pastoral. O fundador dizia que havia a pastoral direta, objetivo principal, atendido, às vezes, por meio da pastoral indireta, que envolviam as obras em educação, pensionatos, creches, que eram o pretexto para se instalarem na cidade, tendo em vista a comunidade. O grande carisma da Congregação é ir em busca dos mais necessitados, nos lugares mais difíceis da cidade, prioridade definida pelo fundador. QUINAN (1999, p. 35)

Os marcos da Cultura Escolar no Educandário podem ser caracterizados nestas ações de uma cultura católica que utilizava inicialmente um espaço escolar não apenas para educar no sentido formal e científico, mas também para construir e edificar a sua própria identidade pautando-se no conceito de que “A Educação sem a formação cristã é um edifício sem base e que ruirá em breve tempo, podendo causar sérios prejuízos para a humanidade”. Para que esta premissa se fundamentasse uma “assistência espiritual e moral” era oferecida pelos professores além dos conteúdos educacionais.

É notória a influência dos princípios e fundamentos cristãos, bem como a presença dos rituais de cunho litúrgico nos traços da cultura instituída e prescritiva do

Educandário. Tal confluência talvez se expresse com maior vigor em regiões onde predominam as características rurais, com uma população marcadamente católica. A presença da Igreja Católica seja nos fundamentos instituídos pelo Ensino Religioso, frente às escolas normais dirigidas pelas mais diferentes Congregações e nos serviços pastorais prestados a população. Mesmo com o advento da Escola Nova e os ideais republicanos de uma escola igualitária, laica e leiga, a Igreja Católica valeu-se de seu prestígio e junto as Missionárias aqui destacadas, desempenharam um papel significativo na formação da população ipamerina durante muitas gerações.

O exame documental dos aspectos organizacionais nos permite compreender que o Educandário produziu uma Cultura Escolar pautada no instruir e no evangelizar visto que os enquadramentos aqui destacados denotam que os preceitos cristãos católicos entrelaçavam ao ensinar e aos valores cívicos, com fortes traços das prescrições de formas disciplinares e modelagem de comportamentos.

## **Referências**

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: Dulce Pandolfi (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BORGES, B.G. **O Despertar dos dormentes**. Estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909 – 1922. Goiânia – Goiás: CEGRAF/UFG, 1990.

BRETAS, G. F. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FRAGO, A. V. & ESCOLANO, A. **Currículo, Espaço e Subjetividade – a arquitetura como um programa**. SP: DP&A editora, 1998, trad. Alfredo Veiga-Neto.

ROMANELLI, O.O. **História da educação no Brasil (1930-73)**. Petrópolis. Vozes, 2005.

QUINAN, J. M. C. **A Escola Normal do “Colégio das Freiras” (Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Aparecida) – Histórias de uma Escola em Ipameri Goiás**. PUC/SP, (Dissertação de Mestrado) 1999. 129 p.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas/SP, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, A.; MACEDO, E. (Org.) **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 37-72.

NEVES, R.H.E. **Sala de visitas outra vez? (1996)** – Disponível em:  
<http://www.ipameri.org/Literatura/artigos/SaladeVisitas.html> Acesso em 25/10/2012.

VIÑAO FRAGO, A. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In.: BENCOSTA, M. L. A. (org.) **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, ARQUITETURA E ESPAÇO ESCOLAR**. SP: Cortez, 2005.

WEREBE, M.J.G. **30 anos depois – grandezas e misérias do ensino no Brasil**. São Paulo. Ática, 1994.

Documentos Institucionais:

Livro Atas da Fundação do Colégio Nossa Senhora Aparecida

Livro Histórico do Educandário Nossa Senhora Aparecida

Relatório do Ginásio do Educandário Nossa Senhora Aparecida – Dezembro de 1947